



Licença de Uso Creative Commons



Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra original, desde que com fins não comerciais e contanto que atribuam crédito ao autor e licenciem as novas criações sob os mesmos parâmetros. Outros podem fazer o download ou redistribuir a obra da mesma forma que na licença anterior, mas eles também podem traduzir, fazer remixes e elaborar novas histórias com base na obra original. Toda nova obra feita a partir desta deverá ser licenciada com a mesma licença, de modo que qualquer obra derivada, por natureza, não poderá ser usada para fins comerciais.

Sobre a origem do artigo:

O presente artigo foi originalmente apresentado em junho de 2013, como requisito para a obtenção do título em Especialista em Gestão Sustentável do Programa de Pós Graduação da Universidade Nove Julho. Abaixo segue a obra na sua íntegra.

Sobre o Autor:

Luiz Mauro Lora Franco (Técnico em Artes Gráficas pelo SENAI, Tecnólogo em Gestão da Qualidade e Especialista em Gestão Sustentável pela Universidade Nove de Julho. Consultor associado da Inovação Ambiental.)





A certificação de Cadeia de Custódia FSC no setor industrial gráfico brasileiro: um estudo de caso no Estado do Rio de Janeiro

Resumo: O presente artigo é um estudo de caso referente à certificação em Cadeia de Custódia FSC (Forest Stewardship Council) na indústria gráfica brasileira, mais precisamente no município do Rio de Janeiro. A falta de um esquema de certificação de sustentabilidade para a indústria gráfica e, a demanda por parte de clientes que possuem uma política ou um sistema de gestão sustentável tornou a certificação de Cadeia de Custódia FSC a mais comum entre as empresas gráficas. FSC é uma certificação que garante que os produtos oriundos de processamento de matéria-prima de origem florestal possuam certificação FSC. Este artigo aborda especificamente o cenário da indústria gráfica carioca por se tratar do primeiro município em que uma parceria entre entidades de classe do setor gráfico promoveu condições para que um conjunto de pequenas e médias empresas de impressão pudessem adequar seus sistemas de gestão para um modelo com reconhecimento internacional e passível de certificação independente.

Palavras-chave: Certificação FSC - Cadeia de Custódia - Indústria Gráfica - Gestão Sustentável.

Abstract: This article presents a desk study related to FSC (Forest Stewardship Council) Chain of Custody certification in the Brazilian printing market, specifically in the city of Rio de Janeiro. The lack of a sustainability certification scheme for printing companies and the demand by clients that have a policy or a sustainable management system, made the FSC Chain of Custody the most common certified scheme for printing companies. The FSC certification is a certification that ensures that products from processing of raw material from FSC certified forest managements. This article specifically addresses the scenario of printing industry in Rio de Janeiro because it is the first city in which a partnership between associations and unions of the printing industry provided conditions for a set of small and medium-sized printing companies to adjust their management system for a standard with international recognition and capable for independent certification.

Key-words: FSC certification - Chain of custody - Printing industries - Sustainable management



1. Introdução

O FSC (Forest Stewardship Council) é uma organização independente, não governamental e sem fins lucrativos, criada para promover o manejo florestal responsável, ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável em todo o mundo, para tanto, criou um sistema de certificação que fornece padrões internacionalmente reconhecidos que proporciona uma conexão com credibilidade entre a produção e o consumo de produtos florestais.

A origem do FSC remonta a 1990, com a reunião de um grupo de usuários de madeira e representantes dos direitos humanos e ambientais da Califórnia, EUA, que decidiu montar um sistema que pudesse identificar florestas bem manejadas. Em 1994 surge o primeiro escritório do FSC, em Oaxaca, México. No mesmo ano foram aprovados os princípios e critérios do FSC. Em 1996 foram assinados os primeiros contratos de acreditação para Certificação da Gestão Florestal e em 1998 mais de 10 milhões de hectares já estavam certificados pelo FSC.

Em 2001 foi formalizada a iniciativa nacional brasileira do FSC, o Conselho de Manejo Florestal. Em 2003 a sede do FSC se mudou para Bonn, Alemanha, e no final daquele mesmo ano já havia mais de 40 milhões de hectares florestais certificados. Em 2008, mais de 100 milhões de hectares de florestas já estavam certificados e o FSC já havia se tornado uma marca reconhecida na Europa, onde pesquisas já apontavam que em países como Bélgica, Holanda e Suíça a marca já era reconhecida e considerando um fator de decisão de compra para mais de 50% da população.

Nesse cenário, o Brasil é um dos países que mais tem se envolvido com as certificações promovidas pelo FSC. Segundo FSC (2013) há hoje no mundo 25.723 empresas certificadas em cadeia de custódia, sendo que no Brasil estão 951 destas. Dos 113 países que possuem alguma organização certificada, o Brasil ocupa a 9ª posição, ficando atrás dos Estados Unidos (3.417 certificações), China (2.766), Reino Unido (2.331), Alemanha (1.940), Itália (1.560), Holanda (1.370), Japão (1.101) e Canadá (954). É interessante ressaltar que na América Latina o segundo país em número de certificações é o Chile, com 99 organizações certificadas apenas. Das 951 certificações brasileiras, 620 são de empresas do setor gráfico.

Nas duas últimas décadas a indústria gráfica nacional viveu o apogeu do seu crescimento, tornando-se um dos maiores compradores de máquinas para impressão. Segundo os dados de ABIGRAF (2012) em 2011 eram 20.007 estabelecimentos gráficos no país, exatamente 1.001 estabelecimentos a mais que no ano de 2010. Em números de funcionários, a indústria gráfica empregava em 2011 221.937 pessoas, contra 209.736 pessoas em 2008. A participação no PIB Indústria de Transformação em 2011 foi de 2,35% contra 2,3% em 2008.

São números que por sua vez, por mais próximos da realidade que possam ser ainda não representam a totalidade da indústria gráfica, uma vez que pela metodologia adotada, baseada na Classificação de Atividades Econômicas do IBGE, exclui empresas que não se enquadram nos critérios definidos do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mas que possuem atividades inerentes ao processo gráfico. Situação exemplificada, por exemplo, nas empresas cadastradas como conversão de papel e que não estão filiadas a nenhuma associação ou sindicato da indústria gráfica e sim a entidades do setor papeleiro. Fora isso, o processo gráfico é constituído de três etapas distintas, pré-impressão, impressão e acabamento, sendo esta última uma etapa que muitas vezes é desempenhada por atividades manuais. Não são raras as empresas



de acabamentos gráficos que atuam na informalidade, sem registros de funcionários ou sob pessoas jurídicas compostas por profissionais autônomos apenas para efeito de emissão de notas fiscais, quando necessário. Em geral estas empresas atuam nos momentos de maior produção do setor gráfico, principalmente no segundo semestre do ano, atendendo a forte produção de itens promocionais como agendas, brindes e catálogos entre outros.

O consumo do material gráfico vem mudando desde o início dos anos 90 do século XX. Já naquele período, grandes empresas eliminaram seus setores de impressão, enxugando assim seus processos. Cervejaria Antarctica, Lojas Pernambucanas, Banco Bradesco, são exemplos de organizações que não se caracterizavam como empresas gráficas, mas que possuíam grandes instalações que atendiam suas próprias necessidades. Estes processos de eliminação de setores e aumento das terceirizações acarretaram em um processo de exigências sobre os novos parceiros que surgiam. Primeiramente estas exigências passaram a ser em relação à qualidade do produto e, por isso, foi a partir do final da década de 90 que se iniciou um grande ciclo de modernização tecnológica do setor. Consequentemente, foi na última década que, por conta das questões atreladas à temática da sustentabilidade e do compromisso com o meio ambiente, que a certificação FSC passou a ser exigida pelos maiores clientes das indústrias de impressão, principalmente os bancos, indústrias alimentícias e de eletrônicos.

A certificação em Cadeia de Custódia FSC é um esquema de certificação proposto pelo FSC que pode ser adotado por qualquer organização que processa produtos de origem florestal e garante a rastreabilidade dos produtos fornecidos ao consumidor final. Sendo assim, após o manejo florestal certificado, o papel produzido a partir de madeira certificada só continua sendo considerado como um produto FSC se a produção do livro, embalagem ou qualquer outro material gráfico seja feito por uma organização que atenda aos requisitos de cadeia de custódia FSC.

1.1. Objetivos

O objetivo geral deste artigo é apresentar um panorama da certificação de Cadeia de Custódia FSC no segmento industrial gráfico brasileiro e, como objetivo específico, apresentar os resultados práticos de empresas certificadas no município Rio de Janeiro.

1.2. Justificativas

O segmento papeleiro é um dos maiores consumidores de produtos de origem florestal no mundo. O senso comum costumeiramente associa aos conceitos de reciclagem e de redução de consumo o papel como um grande vilão, ou melhor, como o elemento de consumo a ser tratado imediatamente por aqueles que pensam em consumo responsável e também em desenvolvimento sustentável.

O que o público em geral pouco sabe é que a produção de papel no Brasil é integralmente feita a partir de madeira proveniente de reflorestamento e que, os maiores produtores de celulose e papel possuem esquemas de certificação reconhecidos internacionalmente que garantem o manejo sustentável dessas florestas.



O segmento gráfico por sua vez é o maior consumidor destes produtos (papel e celulose) e não há no país, e nem mesmo na América Latina, um modelo de gestão sustentável para este setor da indústria. Há um modelo de gestão sustentável específico para a indústria gráfica, desenvolvido a partir de 2008 nos Estados Unidos, o SGP (Sustainable Green Printing Partnership), entretanto, o mesmo ainda tem tido pouca aceitação pelas organizações americanas e, por conta de como seus critérios foram estabelecidos, o próprio SGP só reconhece sua implementação e certificação nos Estados Unidos, Canadá e, desde 2012, também na Austrália, fora isso, não há nenhuma outra proposta de modelo de sustentabilidade direcionada especificamente ao setor gráfico. Existem normatizações, principalmente de origem alemã, mas que apontam para critérios técnicos de impressão ou de tratamento de imagens para impressão.

As crescentes demandas dos clientes por ações sustentáveis ou ambientalmente corretas levaram a indústria gráfica no mundo todo a optar pela certificação em cadeia de custódia FSC, garantindo assim a seus clientes a procedência de seu principal insumo: o papel.

Em contrapartida, o segmento industrial gráfico brasileiro vive uma das suas maiores crises. Se no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 houve um grande aumento do número de gráficas pelo país, bem como a modernização do parque fabril, nos últimos dois anos a situação não tem se apresentado da mesma forma.

Coincidentemente, foram nestes últimos dois anos que houve a maior expansão de empresas que investiram nesse esquema de certificação, objetivando assim alterações no seu modelo de gestão e, por consequência a ampliação do seu mercado consumidor. Assim, o FSC é o esquema de certificação ambiental mais usual da indústria gráfica nacional.

Também se justifica o escopo deste artigo uma vez que são poucos os estudos relacionados à indústria gráfica brasileira, que foi um dos primeiros segmentos industriais implantados do país, uma vez que com a vinda da família real ao Brasil em 1808, fundou-se no mesmo ano a Imprensa Régia, CAMARGO (2008), que em setembro daquele ano já passou a publicar o primeiro jornal e o primeiro livro editado no Brasil. Em 1854 o Brasil se tornou o segundo país do mundo a imprimir selos postais, outro fato que indica a formação da indústria gráfica. Em 1883, das 550 fábricas e oficinas existentes no município de São Paulo, 25 eram de atividades do ramo gráfico, EMPLASA (2001).

A formação do parque gráfico brasileiro se deu, como em outros países, pelas mãos daqueles que detinham o poder político ou que objetivavam a tomada de poder. Grupos políticos opositores ao regime vigente sempre foram os maiores investidores na modernização da indústria gráfica e, neste contexto histórico, os movimentos sociais ligados ao operariado também foram grandes fomentadores de mão de obra na indústria gráfica. Se em sua gênese a indústria gráfica brasileira surgiu pelo desejo da corte, sua grande expansão se deu pelos movimentos republicanos e abolicionistas e, a partir do início do século XX, pelas lutas dos movimentos operários e anarquistas.

São até mesmo por essas características políticas e culturais que o setor gráfico nunca se apresentou ou foi abordado como um segmento industrial foco de estudos econômicos e administrativos. Outra característica é que o produto gráfico não é necessariamente o produto ao qual se vende, ou seja, tomando o segmento editorial, por exemplo, o objeto de comércio é o conteúdo do livro, e não o livro em si, no segmento da cartonagem o consumidor está a procura do produto embalado, e não a embalagem que o



envolve. Com tudo isso, há uma parca bibliografia sobre seus modelos de gestão, administração e até mesmo publicações de caráter técnico. É preciso ressaltar também que a indústria gráfica quase sempre esteve condicionada aos profissionais com pouca ou nenhuma formação acadêmica, diferentemente das indústrias químicas ou de metalurgia, por exemplo, onde por exigências técnicas, há uma parte do corpo da organização que demanda que seus gestores possuam formação científica. Somado a isso, os campos de ensino acadêmico mais relacionados à indústria gráfica são os da Comunicação Social, como Publicidade, Jornalismo e atualmente Design Gráfico e que, por sua vez, sempre estiveram muito mais focados nas questões técnicas de criação do que no caráter do ambiente administrativo e de produção.

Esta falta de publicações referentes ao setor gráfico pode ser identificada, por exemplo, na falta de uma literatura técnica atual. Uma das últimas obras recentes desse caráter data do ano de 2008, SILVA (2008), fora esta, as poucas que anteriormente foram publicadas são de SACARPETA (2007), LUNARDELLI & ROSSI FILHO (2004) e ROSSI FILHO (1999).

Na formação histórica do ensino técnico no país, a formação de profissionais na área gráfica é uma das modalidades mais antigas, como as primeiras escolas de tipografia fundadas pelas missões salesianas. Em 1898 já havia cursos de tipógrafos e encadernadores no Liceu Coração de Jesus, atendendo a população imigrante e carente de São Paulo, como apresenta ISAÚ (1985). Antes mesmo da criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) outras escolas existiam para a formação profissional no segmento de impressão, sendo uma das mais tradicionais delas a Escola Técnica Antarctica, mantida pela Fundação Antônio e Helena Zerrenner até 2006, quando teve sua gestão partilhada como o SENAI e o Grupo Escolar Embaixador Assis Chateaubriand mantido pela Fundação Bradesco

Paralelo a todo este contexto histórico, ligado ao conhecimento sobre a indústria gráfica, ou a falta dele, os crescentes questionamentos sobre as condições ambientais do planeta, o consumo desenfreado e por consequência, as destruições das florestas, surgiram as primeiras manifestações sobre o uso racional dos recursos florestais e com isso, sobre o uso do papel.

Há um conceito difundido de que a produção e consumo de papel seja um dos grandes vilões das causas ambientais Ainda hoje existem campanhas nesse sentido, ao ponto que muitos ainda propõem o fim do uso do papel, sem que seja feito uma real consideração das consequências deste tipo de ação. Não é objetivo deste artigo abordar o quanto a exploração florestal para a produção de celulose é agressiva ao meio ambiente. Florestas plantadas de Pinus e Eucalipitus criam um ambiente de monotonia biogeográfica, entretanto, não há como dispensar por completo o uso deste tipo de recurso natural e, nos casos das embalagens por exemplo, o papel como elemento de descarte possui um caráter menos nocivo ao meio ambiente que os produtos derivados de petróleo.

Não obstante, as questões econômicas e políticas, a redução no volume de impressão de materiais promocionais e editoriais tem levado a uma crise no setor gráfico, marcado pelo grande número de empresas de pequeno porte e muitas vezes familiares, expondo milhares de trabalhadores a uma situação clara de risco de desemprego. Só no terceiro trimestre de 2012, a produção da indústria gráfica recuou 9,5% no Brasil, comparado ao mesmo período do ano anterior (DI GIORGIO, 2012).



Não há no Brasil uma tradição de alinhamento entre as entidades de classe do setor gráfico, entretanto, dada a crescente crise no setor é possível identificar algumas ações para a sobrevivência e reposicionamento dos modelos de gestão destas organizações.

Um recente exemplo destas ações se deu por uma iniciativa surgida no final de 2010 no SIGRAF (Sindicato das Indústrias Gráficas do Município do Rio de Janeiro) em parceira com a FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), que ofereceu a pequenas e médias empresas interessadas, um projeto de adequação das mesmas frente às exigências do padrão FSC de Cadeia de Custódia.

Selecionadas as empresas participantes, o sindicato criou então um grupo de ação que no início de 2011 desenvolveu atividades com o objetivo de capacitar, adequar e deixar de acordo com os requerimentos do FSC, tendo como meta para que no mesmo ano essas empresas viessem a ser auditadas e certificadas, por um organismo independente. (FRANCO,2012).

Esta proposta pioneira foi posteriormente adaptada pelos sindicatos patronais de Fortaleza e Brasília, também no ano de 2011. Em 2012 o sindicato patronal do Paraná adotou um modelo semelhante para diversas empresas do setor gráfico. Para o presente artigo, entretanto, o escopo de estudo aborda apenas a experiência do município do Rio de Janeiro.

Ao todo, existem no país 951 organizações certificadas em Cadeia de Custódia, FSC (2013), incluindo aí gráficas, indústria e comércio de papéis, moveleiras, serrarias e todos os tipos de empreendimentos que utilizem insumos de origem florestal e que estejam inseridas em qualquer uma das atividades exercidas após o manejo florestal e que sejam passíveis de certificação. Deste total, 61 empresas certificadas em Cadeia de Custódia FSC estão no Estado do Rio de Janeiro, sendo destas, 55 empresas gráficas, das quais 53 delas estão na capital fluminense, e 14 das mesmas são empresas do município que foram certificadas a partir do projeto encampado pelo SIGRAF.

2. Revisão Bibliográfica

Como exposto anteriormente, são poucas as referências bibliográficas disponíveis sobre o segmento empresarial gráfico, seja na abordagem da gestão empresarial ou até mesmo no campo do conhecimento técnico. As poucas publicações existentes são em geral sobre design gráfico e que, muitas vezes, são traduções de obras publicadas no exterior.

No Brasil existem algumas revistas voltadas ao setor, mas que em geral abordam as novidades sobre o maquinário e fornecedores existentes a disposição, softwares de pré-impressão e alguns cases de empresas do segmento. As principais revistas são a Printcom Brasil, Graphprint, Publisher, Tecnologia Gráfica e Revista da Abigraf. Além disso, existem algumas publicações digitais independentes por parte de alguns poucos consultores experientes na indústria gráfica, entre eles se destacam os artigos de Thomaz Caspary, engenheiro com grande experiência na indústria gráfica e diretor da Printconsult, empresa de consultoria em gestão na indústria gráfica.

Com relação ao FSC, também há pouca bibliografia disponível sobre o assunto, seja sobre o Forest Stewardship Council como organização não governamental ou sobre os seus padrões e esquemas de



certificações. O que há disponível são algumas publicações independentes e oferecidas em sites da web e, em geral, são interpretações das normas apresentadas pelo FSC para a obtenção da certificação ou orientações de implementação sobre estas normas. São raros os artigos de análise crítica sobre o FSC e suas certificações.

Com relação à temática da gestão sustentável ou das certificações ambientais, há um maior número de publicações disponíveis, mas estas espalhadas por diferentes campos do conhecimento como a ecologia, ciências sociais, geografia, geologia, administração e engenharias, seja porque o tema é multidisciplinar, ou também porque ainda há questões polêmicas e complexas sobre o assunto. Para este artigo, por exemplo, foi pesquisada a ocorrência de artigos relacionados à normatização na área gráfica, num contexto amplo e também sobre a certificação FSC numa das populares revistas sobre certificações, qualidade e gestão ambiental, a Revista Banas Qualidade. Entre maio de 2008, ano em houve a primeira certificação de uma gráfica no país e o presente momento não foi encontrado um único artigo que tratasse sobre a indústria gráfica ou a certificação FSC.

Como outras fontes, também foram procuradas obras que apresentassem um panorama sobre a indústria gráfica brasileira e seu histórico, sendo que a falta de fontes limitou o recorte ao trabalho de CAMARGO (2003). Como fonte bibliográfica esta é a principal, mas nem por isso a melhor obra sobre a história das artes gráficas no país, faltando maior embasamento teórico historiográfico e econômico sobre o tema.

No que concerne à gestão ambiental sustentável, este artigo adota, portanto, como obra de referência básica a publicação de KRONEMBERGER (2011). Nele, a autora aborda o assunto dividindo-o em duas partes, sendo a primeira delas a apresentação de temas para reflexão sobre o assunto e exemplo de iniciativas nacionais para o desenvolvimento do local que tenham como enfoque a gestão sustentável e, numa segunda parte, técnicas para implementação do desenvolvimento local e regional que sejam promovidas por uma gestão sustentável.

Segundo KRONEMBERGER (2011), os objetivos fundamentais do desenvolvimento sustentável devem ser entendidos como a conjunção dos campos da economia sustentável, conservação ambiental, equidade social, melhoria do convívio social e melhoria da qualidade de vida.

Ainda segundo a autora, o desenvolvimento local é apresentado como:

"o produto do conhecimento e do aproveitamento das potencialidades, oportunidades e vantagens comparativas da localidade, que resultam do desenvolvimento simultâneo dos capitais humano, social e produtivo, bem como do uso sustentável do capital natural". KRONEMBERGER (2011:31)

A indústria gráfica, apesar de sua importância no cenário nacional, é uma atividade econômica que cada vez mais possui expressão local, uma vez que a maioria das empresas do setor é de pequeno porte. Segundo ABIGRAF (2012) a média é de 11,09 funcionários por empresa, cujo valor de produção industrial médio é de R\$ 1.494.476,00. Os dados de ABIGRAF (2009) indicavam que 63,7% das empresas do setor possuíam no máximo 9 funcionários e 21,5% entre 10 e 49 funcionários. Para o Estado do Rio de Janeiro, o estudo indicava em 2008 a existência de 1.596 empresas que empregavam 23.742 funcionários, uma média de 14,87 funcionários por empresa. No cenário nacional o estudo apresenta dados de que 33,7% das



instalações gráficas atendiam apenas a localidade em que se situavam e que 44,9% atendiam ao contexto regional em que estavam, sendo que as empresas que possuíam um mercado de amplitude nacional correspondiam a 19,3% e internacional 2,1%.

Nesse contexto, grandes consumidores de produtos gráficos, como os setores bancário e promocional, vêm adotando estratégias de compras descentralizadas, o que aponta para um cenário de crise nas regiões de grandes concentrações de oficinas gráficas e de sobrevivência onde a oferta de produção ainda é relativamente escassa. No segmento editorial, ficam as duas pontas dos extremos. Gráficas gigantes como o Grupo Abril, Gráfica e Editora Positiva e Editora FTD, que possuem seu parque fabril direcionado para a impressão de material didático, ainda possuem boa participação no mercado por conta dos programas governamentais de educação. A outra ponta é ocupada por microempresas gráficas, com poucos funcionários e que possuem uma capacidade de produção de publicações em menor escala e que muitas vezes tem um caráter regional, como as empresas entrevistadas neste artigo, Livrobel, Gráfica e Editora Cruzado, Reciclar Design e Jorday. Juntamente com as gráficas do segmento promocional, são as gráficas de médio e grande porte do segmento editorial que estão sofrendo fortemente os efeitos da crise no setor. Para se entender uma diferença entre uma gráfica gigante e uma microempresa gráfica, o volume de papel consumido por uma microempresa gráfica em 1 mês é consumido por uma gigante em 1 hora de produção.

Como caso a parte, o segmento de embalagens apresenta-se com uma situação diferente. Sua participação, no contexto da localidade, esta relacionada ao mercado local atendido por elas, e que não possuem uma participação de contexto regional, como tem acontecido no segmento promocional ou editorial.

Em linhas gerais, a indústria gráfica é uma indústria com forte apelo ao desenvolvimento local. No Rio de Janeiro, por exemplo, a indústria gráfica possui sua maior concentração nos bairros de São Cristóvão, Riachuelo, Rocha, Bonsucesso e Ramos. Pode-se considerar ainda como uma atividade realizada por diversas pequenas empresas, com 10 a 30 funcionários no máximo. Vale ressaltar, por exemplo, que em todo o município do Rio de Janeiro são raras as gráficas voltadas exclusivamente ao segmento de embalagens, a grande maioria atendem ao ramo editorial ou promocional.

Já nos últimos anos, a preocupação ambiental também entrava na pauta da discussão das indústrias gráficas, por iniciativas isoladas. Como apresenta SABBAG (2010) em seu artigo sobre o aumento na produção de papel e as possibilidades de uso do papel reciclado ou certificado FSC. Como exemplo dos aspectos regionais da indústria gráfica e de seu desenvolvimento, SABBAG (2011), aborda o primeiro encontro de empresários do setor no Nordeste, em que novas iniciativas na formação de profissionais e de adequação das organizações foram tratadas e, pela primeira vez no Brasil, foi feito um evento onde a possibilidade de implementação de um sistema de gestão certificado FSC para este segmento industrial foi tratado publicamente.

Em SABBAG (2012:20, 28) o autor apresenta então dois novos artigos sobre como a certificação FSC pode, além de trazer para o setor a importância da gestão ambientalmente adequada, ser um elemento de implementação de conceitos de responsabilidade social, e que permite o nascimento de padronização técnica dentro da indústria, somada à clara abertura de mercados consumidores para os pequenos produtores de material impresso.



3. Material e métodos

Para este artigo propõe-se uma revisão da bibliografia disponível sobre o setor industrial gráfico e o esquema de certificação FSC, bem como uma análise das exigências dos padrões FSC e de como eles representam uma mudança no sistema de gestão destas organizações e de que forma trazem os compromissos com a gestão socioambiental para dentro das indústrias gráficas do Município de Rio de Janeiro.

Entrevistas com os principais atores que desenvolveram o projeto de certificação das empresas cariocas também municiam as informações aqui apresentadas, bem como com alguns empresários do setor que participaram deste movimento. Neste cenário foram escolhidas três empresas certificadas que participaram do projeto do SIGRAF e uma que se certificou sem este apoio, além do Presidente da ABRIGRAF-RJ e do SIGRAF, o senhor Carlos Augusto Di Giorgio Sobrinho. As empresas entrevistadas foram: Reciclar Comércio de Artigos em Papel Reciclados e Artes Gráficas LTDA, representada pelo Sr. Adalberto Paz do Nascimento (Diretor-Proprietário); Gráfica e Editora Cruzado LTDA representada pelo Sr. Diego Ferreira (Diretor Financeiro); Jorday Editora e Indústria Gráfica LTDA, representada pelo Sr. Jorge Luiz Nascimento da Cruz (Diretor-Proprietário) e Gráfica e Editora Livrobel LTDA, representada pelo Sr. Leonardo de Vitta (Diretor-Proprietário), sendo esta última a empresa que não participou do projeto do SIGRAF.

As entrevistas foram desenvolvidas com perguntas abertas enviadas por e-mail e também por conversas telefônicas.

Também foram analisados os dados públicos disponíveis no site do FSC, http://info.fsc.org, em que é possível encontrar todas as organizações certificadas, seus dados cadastrais e seu escopo de certificação. Para este artigo, foram utilizados os dados consultados no site público do FSC e que estavam disponíveis até no dia 31 de maio de 2013. Tomou-se esta preocupação pois as inclusões, suspensões e cancelamentos são feitas pelas organizações certificadores e após esta data alterações no número de organizações certificadas podem acontecer.

Também se apresenta neste artigo uma análise amostral dos efeitos concretos da implementação do sistema de Cadeia de Custódia após quase dois anos de certificação, seja no campo econômico como também no campo socioambiental destas empresas.

Para subsidiar a análise, foram elaborados gráficos com dados do ABIGRAF e FSC, bem como, foi elaborado um conjunto de imagens com a distribuição espacial no município do Rio de Janeiro das empresas certificadas em Cadeia de Custódia FSC. Para tanto, utilizou-se os dados cadastrados e disponibilizados no site de consultas do FSC (http://info.fsc.org) e também os recursos oferecidos pelo aplicativo Google Earth, versão 7.1.1.1580 (beta), Imagens 1 e 2.

4. O esquema de certificação FSC e a indústria gráfica

O esquema de certificação de Cadeia de Custódia FSC não é um esquema que garanta a gestão sustentável dos produtos. A proposta do FSC é garantir que os produtos produzidos a partir do manejo





florestal certificado mantenham os três pilares do FSC: ambientalmente adequado, socialmente benéfico e economicamente viável.

O esquema de Cadeia de Custódia teve o primeiro padrão apresentado oficialmente em 2004, nele foram apresentados os primeiros requerimentos para que se garantisse que, em qualquer atividade comercial ou de produção realizada a partir de insumos de origem florestal certificada, os produtos pudessem ser rastreados e controlados, ou seja, que não se produzissem materiais com insumos oriundos de florestas certificadas FSC e de florestas não certificadas e que, de alguma forma pudessem ser vendidos com uma falsa associação ao Forest Stewardship Council.

O objetivo do controle é para que os insumos florestais utilizados sejam sempre aqueles que atendem aos Princípios e Critérios do FSC e que desta forma estejam assim certificados. No caso da indústria gráfica e papeleira, o controle se dá para que não haja em nenhum componente de origem florestal insumos de fabricantes ou fornecedores que não respeitem os princípios e critérios. São 10 Princípios e Critérios descritos em FSC (2002) que devem ser cumpridos no manejo florestal:

- 1- Cumprimento das leis e dos princípios do FSC;
- 2- Direito de posse e uso e responsabilidade;
- 3- Direitos das populações indígenas;
- 4- Relações com a comunidade e direitos dos trabalhadores;
- 5- Benefícios da floresta;
- 6- Impacto ambiental;
- 7- Plano de gestão;
- 8- Acompanhamento e avaliação;
- 9- Manutenção das unidades de alto valor de conservação florestal;
- 10- Plantações.

Os princípios e critérios foram definidos primeiramente em 1993, sendo reavaliados e alterados em 1996, 1999, 2002. Atualmente o FSC está propondo a nova versão dos Princípios e Critérios, que já está aberta para análise e discussão.

Num contexto amplo, os primeiros padrões, procedimentos e políticas do FSC eram extremamente restritivos, foi com o surgimento do primeiro padrão de Cadeia de Custódia que se adotou uma maior flexibilização, muito por conta de que o FSC, como organização não governamental, possui uma estrutura que permite a associação de qualquer organização ou indivíduo para a discussão de seus princípios e critérios, além dos padrões em si.

Somado a isso, os padrões do FSC tem sido desenvolvidos para que o aumento das exigências venha sendo gradativo, de modo que as organizações certificadas passem a realmente se comprometer com a



política e missão do FSC paulatinamente, ao ponto em que futuramente possa se ter um modelo de gestão sustentável no manejo florestal e nas operações de cadeia de custódia.

Essa característica pode ser observada no modo como o padrão FSC se alterou entre a primeira versão do padrão de cadeia de custódia FSC (2004) e a sua última versão vigente FSC (2012). Na primeira versão, por exemplo, o FSC não trazia nenhum requerimento que indicasse ou exigisse elementos relacionados às questões sociais. Em sua última versão o FSC passou a exigir que as organizações que queiram manter a cadeia de custódia do produto apresentem, entre outras coisas, um compromisso com a política do FSC em diferentes objetivos, em que indiquem não estar diretamente ou indiretamente relacionadas com atividades que: envolvam o corte ilegal de árvores, destruição de atributos de alto valor de conservação florestal, violação dos direitos tradicionais e humanos em operações florestais, violação de qualquer uma das convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e outros princípios. Se hoje as organizações certificadas ainda podem produzir produtos não certificados através do uso de insumos não certificados, a tendência é que com o passar do tempo o FSC exija que no atendimento a esse compromisso as organizações passem a cortar de sua cadeia de produção os fornecedores que de alguma forma estejam envolvidos com algumas dessas atividades, podendo incluir também os prestadores de serviço terceirizados.

Em sua última versão também o FSC passou a exigir que as organizações certificadas possuam procedimentos, treinamentos e responsáveis em relação à segurança e saúde ocupacional, algo que até outubro de 2012 não era mandatório.

Por mais absurdo que possa parecer, o setor gráfico é um setor onde as questões de segurança e saúde ocupacional são, na grande maioria das vezes, desrespeitadas. Não são raros os casos onde empresas que possuíam até décadas de existência buscaram sua regularização com relação às Normas Regulamentadoras após as exigências do FSC.

Outro ponto que o FSC vem trabalhando é o chamado controle de volumes. O padrão de Cadeia de Custódia sempre exigiu que as organizações estabelecessem controles de quantidades de insumos e produtos certificados FSC, e estes devem ser gerenciados pelas próprias organizações. Atualmente o FSC tem trabalhado numa plataforma onde a gestão destes controles deverá ser feita via web e irá criar mais ferramentas que impeçam o uso de insumos não certificados em produtos certificados. O FSC quer com isso impedir por completo a "lavagem" de insumos falsamente certificados dentro da cadeia de custódia.

Com relação à indústria gráfica, é preciso expor uma vergonhosa situação que foi muito comum no setor: a comercialização de produtos sem a devida venda com emissão de notas fiscais. Esta foi uma prática muito comum por conta de que as gráficas editorias e promocionais se beneficiavam, e se beneficiam, da compra de papéis chamados imunes, ou seja, papéis livres de impostos e que devem ser destinados exclusivamente para produção de livros, periódicos, cadernos escolares em entre outros itens descritos em lei.

Como a certificação FSC exige a declaração de venda do produto na nota fiscal e também que a organização crie um sistema de controle que ateste a nota fiscal de origem do papel utilizado, o uso de papéis imune para outros fins que não previstos em lei, também passou a ser monitorado indiretamente.

Entre outros requerimentos, o FSC exige que as organizações possuam uma metodologia que identifique a geração de resíduos derivados dos insumos de origem florestal dentro do sistema de cadeia de



custódia. Ainda hoje o FSC não exige nenhuma ação específica de redução ou eliminação das perdas, algo que as discussões dentro das câmaras do FSC podem levar a uma próxima versão do padrão, em que não se exija somente a metodologia que indique qual é volume de perda, mas também quais são as ações da organização para a redução destas. Com isto, o sistema de Cadeia de Custódia FSC traz elementos que passaram a exigir um reposicionamento das gráficas que desejaram ou desejam se certificar.

Toda organização que busca obter a certificação em Cadeia de Custódia FSC tem que, primeiramente, ter em suas operações os processos relacionados a insumos ou produtos de origem florestal. Empresas que em não realizam nenhum processamento com materiais de origem florestal não podem requisitar esse tipo de certificação, ou seja, uma organização que, por exemplo, fabrica artefatos de couro ou plástico não pode se certificar.

Empresas que são a ponta final da cadeia produtiva, como o comércio varejista, não são obrigadas a se certificar para garantir a elegibilidade do produto FSC, ou seja, papelarias ou lojas de móveis, por exemplo, não precisam se certificar, mas se desejarem fazer qualquer tipo de comunicação ou declaração relacionado ao FSC devem fazer sua associação junto ao FSC e respeitar as regras definidas pelo Forest Stewarship Council no que concerne ao uso das marcas registradas por organizações não certificadas.

Todas as organizações que fazem parte de algum dos elos de produção relacionados a produtos de origem florestal podem requisitar a certificação através de um processo de auditoria por organismos certificadores credenciados. A certificação é válida por cinco anos e deve contar com uma auditoria inicial e pelo menos quatro auditorias de monitoramento anuais. Também podem acontecer auditorias não avisadas, quando há suspeitas ou denúncias, auditorias de verificação de não-conformidades, quando são identificadas não-conformidades maiores numa auditoria de monitoramento, ou seja, quando acontecem falhas sistemáticas ou recorrentes na gestão do sistema de Cadeia de Custódia ou também quando acontecem falhas no cumprimento a requisitos considerados fundamentais para a produção de materiais considerados elegíveis para a certificação FSC.

No Brasil existem 11 organismos certificadores credenciados atuando na certificação de Cadeia de Custódia, sendo que seis destes também certificam o Manejo Florestal.

As empresas que desejem a certificação em Cadeia de Custódia precisam implantar e manter um sistema de gestão que atenda aos requisitos do padrão FSC-STD-40-004 V2-1 Standard For Chain Of Custody Certification e, na auditoria, são procuradas as conformidades no atendimento a estes requisitos, sendo verificados os procedimentos definidos e o controle dos registros, a sistemática definida para o controle de volumes, para segregação dos insumos e produtos por categorias FSC, o sistema de controle de declarações no produtos e em nota fiscal, os procedimentos e controles para terceirização de processos relacionados ao produto certificado, entre outros pontos. A auditoria se baseia na coleta de evidências documentais, entrevistas e verificação em sítio dos procedimentos implementados. Munidos das constatações e destas evidências o auditor faz suas recomendações ao certificador, que é o profissional responsável por analisar o relatório do auditor e decidir pela emissão ou não do certificado, quando numa auditoria inicial ou de recertificação ou, suspender ou manter o certificado quando numa auditoria de monitoramento. A ocorrência de uma única não-conformidade maior numa auditoria de certificação ou re-certificação impede a recomendação da certificação. Num auditoria de monitoramento, se cinco ou mais não-conformidades maiores forem encontradas o certificado da organização deve ser suspenso imediatamente.



Toda organização certificada FSC imediatamente entra num cadastro público do FSC em seu site http://info.fsc.org. Esse banco de dados é de livre acesso e nele constam todas as organizações certificada

produtos e categorias dentro do escopo destas organizações.

5. Análise dos resultados

5.1 Análise dos dados estatísticos

A análise de dados estatísticos apontam resultados interessantes. Com base nos próprios números divulgados pelo Forest Stewardship Council, é possível afirmar que o segmento industrial é o de maior participação no total de empresas certificadas 65,2% (Gráfico 1). Do total de empresas certificadas no país, 5,6% delas são gráficas, do município do Rio de Janeiro. Comparativamente, as empresas do ramo de impressão na cidade de São Paulo correspondem a 12,7% do total de organizações certificadas no país (Gráfico 2).

no mundo, podendo ser verificados os dados das mesmas, a validade do certificado e quais os tipos de

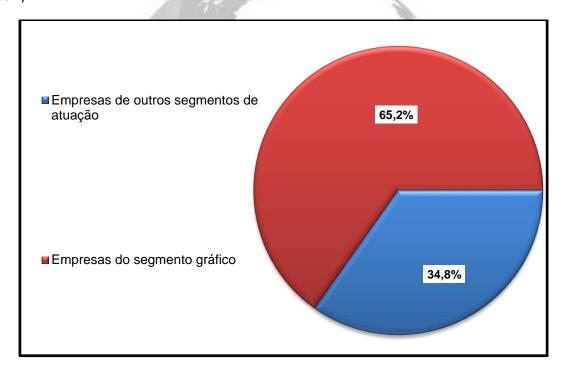


Gráfico 1 – Porcentagem de empresas do ramo gráfico certificadas em relação ao total de organizações certificadas em Cadeia de Custódia FSC no Brasil

Fonte: Forest Stewardship Council – 31/maio/2013



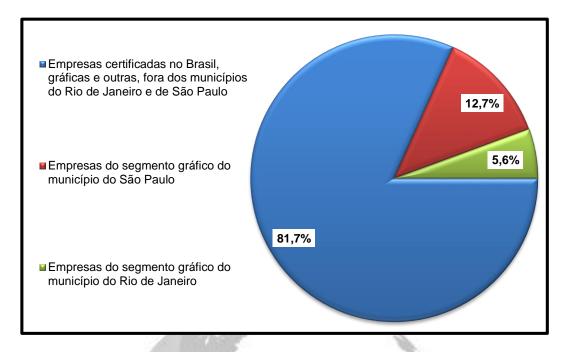


Gráfico 2 – Porcentagem de empresas do ramo gráfico certificadas nos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo o total de empresas de todos os segmentos, certificadas em Cadeia de Custódia FSC no Brasil.

Fonte: Forest Stewardship Council - 31/maio/2013

Apesar dos dados disponíveis pela maior entidade do setor industrial gráfico, a ABIGRAF, não serem para o mesmo período que os disponibilizados pelo FSC, sendo estes os mais atualizados e os únicos disponíveis, é possível estabelecer algumas relações com base nos dados de ABIGRAF (2012), em que é apresentado um total de 20.007 empresas gráficas no setor para o ano de 2011, e o total de empresas no mesmo segmento certificadas no presente momento no país, conforme a consulta no site do FSC. Apenas 3,1% delas atendem aos requisitos do FSC para garantir que os insumos florestais podem ser provenientes de florestas bem manejadas, o que parece pouco. Agora, se comparado os resultados apresentados em ABIGRAF (2009), no ano de 2008 apenas 0,09% das indústrias gráficas do país possuíam algum esquema de Cadeia de Custódia implementado e certificado.

No mesmo sentido, é inegável o crescimento deste tipo de sistema dentro das empresas do setor. Vale apontar que isto de certa forma vai ao encontro com outro dado apresentado no mesmo estudo em que indica que 7,4% das empresas tinham como objetivo a certificação até 2014. É válido aceitar que para tal fato, estes números deveriam aumentar até o próximo ano em 139%, o que estatisticamente não seria impossível considerando-se que entre 2008 e 2012 o crescimento no número de empresas certificadas foi mais de 3.000% mas, tendo como referência o atual cenário de retração econômica do setor, é de se imaginar que esse número talvez não se concretize, entretanto, é valido lembrar que no ano de 2008 os custos com a implementação e manutenção da certificação de Cadeia de Custódia FSC pelos seus cinco anos de validade eram de aproximadamente R\$50.000,00 (R\$10.000,00 ao ano) e em 2012 chegaram a uma média de R\$ 20.000 pelo mesmo período de cinco anos.



Segundo dados da ABIGRAF (2009), tendo como base o ano de 2008, em que no Estado de São Paulo havia 6.817 empresas do setor gráfico, e com o total de 197 organizações do mesmo setor certificadas no atual período e na mesma região, temos um total de 2,9% do parque gráfico certificado no Estado. Para o Estado do Rio de Janeiro, em que no ano de 2008 foi registrada a existência de 1.596 estabelecimentos e atualmente existem 55 empresas certificadas, o resultado é de 3,45% do parque de produção de materiais impressos certificados no Estado. Com base no mesmo estudo de 2009, em que o levantamento apontou a existência de 20.295 empresas, e com o total de gráficas certificadas no país, teríamos hoje um total de 3,05% dos estabelecimentos gráficos certificados.

Considerando-se que os dados da ABIGRAF (2012) revelam a existência de 20.007 empresas, ou seja, uma redução de 1,42%. Aplicando esta diferença como um fator comum nos dois estados para o seu total de gráficas, teoricamente então teríamos hoje para o Estado de São Paulo 6.716 estabelecimentos e para o Estado do Rio de Janeiro 1.512 estabelecimentos. Desta forma, os totais de gráficas certificadas atualmente corresponderiam a 2,93% para o Estado de São Paulo e 3,5% para o Estado do Rio de Janeiro. No cenário nacional, a porcentagem corrigida pelo fator de redução do número de empresas então levaria a um resultado de 3,1% das empresas certificadas (Gráfico 3).

Isso aponta para o fato de que, mesmo com a grande diferença de capacidade produtiva entre as duas Unidades da Federação, visível dada à diferença no número de estabelecimentos, o empresariado fluminense, e mais expressivamente as organizações cariocas, estão relativamente à frente da tendência do mercado e das demandas que atendam aos conceitos de responsabilidade ambiental e sustentável.

Considerando-se apenas os dados do FSC, 96,36% das gráficas certificadas no Estado do Rio de Janeiro estão na capital fluminense, sendo que no Estado de São Paulo a mesma comparação aponta para um resultado de 61,42% das gráficas certificadas na capital paulista (Gráfico 4). Entretanto, inserindo-se também a região metropolitana de São Paulo juntamente com a capital, o total de gráficas certificadas chega a 84,77%.



Gráfico 3 – Porcentagem de gráficas certificadas em 2012 com base nos dados do total de gráficas existentes em 2008 (a esquerda) e em 2011 (a direita) no Brasil e nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro

Fonte: ABIGRAF e Forest Stewardship Council - 31/maio/2013





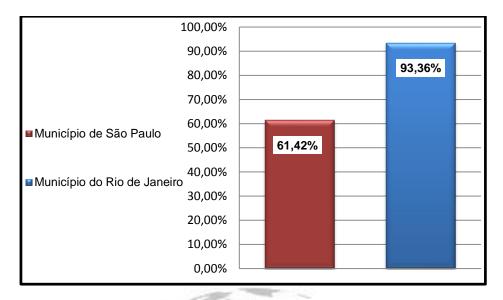


Gráfico 3 – Porcentagem de gráficas certificadas em 2012 nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro em comparação com os totais de gráficas certificadas em seus respectivos Estados

Fonte: Forest Stewardship Council – 31/maio/2013

A análise destes resultados indica dois pontos distintos. Primeiramente que o alto número de gráficas certificadas na cidade do Rio de Janeiro é na verdade a representação de como a concentração das empresas do setor também se dá no município. No caso paulista, este número não representa especificamente que há uma melhor distribuição entre as empresas pelo interior do Estado de São Paulo, haja vista que apenas 15,23% das gráficas certificadas no Estado de São Paulo estão no interior e litoral paulista, onde há uma maior concentração de indústrias que no interior fluminense.

Este dado pode em si de fato corroborar com a ideia de que dentro do empresariado carioca houve uma melhor compreensão da necessidade de certificação de seus produtos pelo sistema de Cadeia de Custódia FSC e que, também foi pela ação de uma entidade de classe como o SIGRAF do Rio de Janeiro que este número se tornou consideravelmente positivo no município e como também é ligeiramente maior se comparado os valores percentuais entre os dois Estados, ou seja, a contribuição das entidades de classe no sentido de projetos de desenvolvimentos sustentáveis ou ambientais em contexto locais é extremamente importante e, por isso, seria de grande valia que outras entidades regionais também o fizessem.

As imagens a seguir indicam a localização espacial aproximada das gráficas hoje certificadas e que estão dentro do município do Rio de Janeiro. Como é possível ver, a maior concentração de gráficas esta na Zona Norte carioca, região demarcada sócio e economicamente por bairros de classe média e baixa, com construções residenciais caracterizadas principalmente por casas e prédios de poucos andares.

É também onde há uma maior concentração de empresas de transformação e de armazéns logísticos no município, dada a proximidade com a BR-101, Rodovia Presidente Dutra, e com as cidades da chamada baixada fluminense onde também se encontram um polo de indústrias de transformação. Mesmo assim, pode-se ver que também há alguns estabelecimentos gráficos em áreas mais comerciais como no centro da



cidade e também na Barra da Tijuca e Copacabana. Em geral, estabelecimentos gráficos localizados em áreas como estas são voltados ao segmento de impressão digital e atendem a escritórios e agências de publicidade.



Imagem 1 – Localização das gráficas certificadas em Cadeia de Custódia FSC no município do Rio de Janeiro e maio de 2013 (pontos vermelhos) e em destaque (azul) parte da Zona Norte.



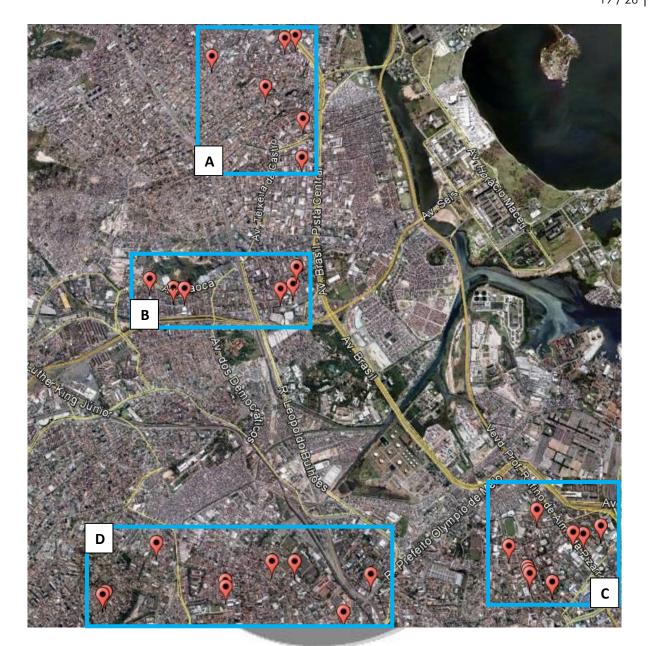


Imagem 2 – Localização destacada dos bairros de Ramos (A), Bonsucesso (B), São Cristóvão (C), Rocha e Riachuelo (D) na Zona Norte do município do Rio de Janeiro das gráficas certificadas em Cadeia de Custódia FSC em maio de 2013

5.2 O cenário atual das empresas certificadas pelo projeto do SIGRAF

O projeto encampado pelo SIGRAF ajudou na certificação de 21 estabelecimentos gráficos no ano de 2011. Atualmente, os dados obtidos para este artigo identificaram que 14 destas empresas mantiveram seu sistema de Cadeia de Custódia FSC como certificados e válidos. Os motivos de cancelamento dos certificados são apresentados pela Tabela 1.



Situação em Maio de 2012	Total
Empresas com certificados válidos	14
Empresas com certificado suspenso	4
Empresas com certificado cancelado por solicitação própria	2
Empresas com certificado cancelado por encerramento das atividades	1

Tabela 1 - Situação em maio de 2012 dos certificados emitidos em 2011 das empresas que participaram do projeto do SIGRAF

Fonte: Forest Stewardship Council – 31/maio/2013 e Entrevistas

Vale dizer que o banco de dados público do FSC em seu site não informa os motivos de cancelamento e suspensão. Com relação às quatro empresas que ainda estão em situação de suspensão, caso as mesmas ainda tenham interesse em manter a certificação, elas o poderão fazer, para tanto é necessário que elas corrijam a situação junto ao seu organismo certificador. Os motivos para suspensão podem variar de ocorrência de cinco ou mais não-conformidades maiores numa auditoria de monitoramento, falta de pagamentos das taxas de certificação e custos de auditoria ou não agendamento da auditoria de monitoramento dentro do prazo limite.

Os motivos de suas suspensões são confidenciais entre as empresas e seus organismos certificadores e, a exposição de tais motivos poderiam trazer-lhes outras consequências. Considerando-se essa premissa, este artigo não entrou em contato com as organizações ou com o organismo certificador por considerar que tal ação poderia ser desfavorável a aquelas que ainda planejam sair da situação de suspensão.

As empresas que solicitaram o cancelamento por iniciativa própria foram identificadas e contatadas durante a execução do artigo e, naquele momento, a justificativa das mesmas se baseou na falta de resultados comerciais positivos de comercialização de produtos certificados. A única empresa em que o cancelamento se deu por encerramento das atividades era uma organização que foi adquirida por outra que já possuía a certificação em Cadeia de Custódia FSC.

A confirmação de que as quatro empresas que hoje estão suspensas venham a ser canceladas não significa que o projeto em si tenha fracassado em seus objetivos, mesmo que isso venha a corresponder a um terço de todas as organizações que receberam este auxílio. É preciso considerar se o fator que pode as levar ao cancelamento também é recorrente ou não em outras empresas que tiveram sua certificação cancelada e não tenham participado de um projeto semelhante.

Outro ponto em questão é que, como em outros esquemas de certificação, o comprometimento das organizações junto aos organismos certificadores e aos padrões estabelecidos são fundamentais. Tais compromissos devem ser assumidos pelos gestores das empresas, sem isso não há como manter tais sistemas.

Outros dois aspectos também devem ser considerados: o primeiro deles é que até este ano de 2012 não havia no Estado do Rio de Janeiro um único fornecedor de papel certificado. Toda compra de papel certificado FSC era feita em São Paulo e com isso o preço final do insumo tornava-se mais elevado por conta



do frete, além do aumento no tempo de produção. Esta é uma situação apresentada também pelos entrevistados como veremos mais a frente.

O segundo critério que também necessita uma análise aprofundada é o da falta de uma política e estratégia comercial dentro da indústria gráfica. Das quatro empresas que estão suspensas nenhuma delas faz alguma referência à certificação FSC em suas páginas de internet.

Entre as quatorze empresas que ainda estão certificadas, apenas cinco destas fazem algum tipo de menção a sua condição de empresa certificada FSC em sua página de internet. Esse é só um dos sintomas da falta de modernização nos modelos gerenciais das indústrias de impressão, como já citado anteriormente neste artigo. Talvez nesse sentido o trabalho das entidades como o SIGRAF também poderia contribuir na formação dos gestores dos empreendimentos gráficos para que haja uma modernização no pensamento estratégico da indústria gráfica, atentando-se também ao elemento de indústria local que caracteriza o segmento gráfico na geração de emprego.

5.3 O resultados com as organizações amostradas por entrevistas

Das quatro empresas entrevistadas, três participaram do projeto do SIGRAF, sendo que todas possuem em comum o mesmo processo de impressão (off-set), possuem funcionários moradores em bairros e/ou comunidades próximas ao local de trabalho, possuem ainda um sistema de gerenciamento familiar (pais e filhos ou irmãos ou entre esposo e esposa). Não foi possível identificar por exemplo a ocorrência de formação escolar técnica ou superior entre os funcionários nos setores operacionais, sendo que a formação e capacitação se dá muitas vezes dentro do ambiente fabril.

As quatro empresas apresentaram resultados diferentes quanto ao seu tempo de atuação no mercado e número de funcionários conforme a Tabela 2.

		_
Empresa	Idade das empresas	Funcionários
Jorday Editora e Indústria Gráfica	9 anos	9
Reciclar Comércio de Artigos em Papel Reciclados e Artes Gráficas	17 anos	32
Gráfica e Editora Cruzado	27 anos	23
Gráfica Editora Livrobel	40 anos	17

Tabela 2 - Situação em maio de 2012 dos certificados emitidos em 2011 das empresas que participaram do projeto do SIGRAF

Fonte: Forest Stewardship Council – 31/maio/2013 e Entrevistas

Comparando com os dados da ABIGRAF (2009), as empresas estão dentro da faixa que correspondem a 85,2% das empresas gráficas brasileiras, ou seja, possuem até 49 funcionários.

É interessante destacar desse perfil apresentado a situação da Reciclar Comércio de Artigos em Papel Reciclados e Artes Gráficas que, mesmo possuindo o maior número de funcionários neste estudo,



aproximadamente 70% de seus colaboradores são moradores da comunidade do entorno em que está situada, o Morro do Urubu, localizado no bairro de Pilares.

Com relação à certificação em Cadeia de Custódia FSC, as empresas, assim como o Presidente do SIGRAF, o Sr. Carlos Augusto Di Giorgio Sobrinho, ressaltaram que a maior dificuldade encontrada na implementação da certificação foi o encontro de uma consultoria que auxiliasse a contento. As empresas que participaram do projeto do SIGRAF contaram com o apoio técnico e consultivo de uma empresa paulista, a Gráfica Editora Livrobel por sua vez teve o auxílio de um consultor do próprio município do Rio de Janeiro. Também foi comum em todos os entrevistados a afirmação que o interesse pela certificação partiu da necessidade de atendimento a demanda do mercado consumidor, entretanto, no caso da Reciclar Comércio de Artigos em Papel Reciclados e Artes Gráficas a obtenção da certificação já era um objetivo almejado dado às características de seus produtos. A Reciclar Comércio de Artigos em Papel produz agendas, calendários e os mais diversos fabricados brindes a partir da reciclagem de diversos materiais (papéis, plásticos, folhas de árvores, etc.).

Outra dificuldade apresentada pelas empresas é a de aquisição de matéria prima certificada em distribuidores locais. Até este ano não havia no Estado do Rio de Janeiro um único fornecedor de papel certificado, obrigando assim que todo o papel certificado consumido tivesse de ser comprado na capital paulista, encarecendo o produto final com o frete, além de aumentar o tempo no atendimento ao cliente.

Esta situação também se encontra em outras localidades do país onde, por falta de um fornecedor certificado, as gráficas acabam por abandonar a certificação. Agrava-se a isso o fato de que é crescente o aumento de importação por distribuidores não certificados de papéis originários da Ásia de fabricantes não certificados e que já receberam inúmeras denúncias por organizações não-governamentais de práticas agressivas ao meio-ambiente e que vão contra aos princípios do FSC. Estes fornecedores e distribuidores possuem insumos com um preço que está abaixo da média do mercado. Essa situação dos preços mais baixos de papéis não certificados de origem asiática torna muitas vezes os preços dos produtos certificados inviáveis ao consumidor de produtos gráficos de baixo valor, como folhetos, folders, blocos e agendas, entre outros.

Outro ponto em comum identificado nas entrevistas foi o das melhorias na capacitação dos funcionários por conta dos treinamentos e também no atendimento aos requisitos de Segurança e Saúde Ocupacional, que passou a ser obrigatório na nova versão do padrão a qual as empresas foram auditadas. Também foi constante a afirmação dos empresários entrevistados com relação a melhorias na gestão do sistema de produção como um todo, com a adoção de procedimentos internos de documentação e registro da produção, somado a isso, as organizações também partiram em busca de outras práticas ligadas ao meioambiente e a sustentabilidade como a redução de uso de água na gravação das chapas de impressão off-set, e uso de tintas com base de óleo de soja ao invés das tintas de off-set comuns que são feitas a base de óleo mineral.

As quatro organizações também apresentaram as mesmas características quanto as questões de comercialização de seus produtos certificados, em que o resultados das vendas de produtos certificados não se dá imediatamente com a certificação, ele acontece com a combinação de uma estratégia comercial e persistência em apresentação do conceito junto aos clientes que, uma vez satisfeitos com a qualidade do produto e conscientizados da importância do sistema de Cadeia de Custódia FSC passam a fidelizar a produção de seus materiais com as gráficas.



6. Considerações finais

Através dos trabalhos desenvolvidos e com a metodologia utilizada de levantamento de dados estatísticos e bibliográficos disponíveis referentes ao setor industrial gráfico, foi possível chegar a diferentes constatações.

Primeiramente é clara a falta de produção de material consultivo ou de referencial analítico e crítico em relação a produção industrial gráfica no país. Como em outros setores econômicos, a indústria gráfica está relegada aos conhecimentos técnicos operacionais ou a análises muitas vezes feitas por revistas do setor com cunho jornalístico e revestidas por um objetivo promocional de empresas relacionadas ao setor. Se por um lado há um farto material no campo técnico e operacional, não há muito espaço ou fomento a discussão e estudo dos modelos gerenciais existentes no setor.

Exemplo disso é a carência de informações atualizadas sobre o atual cenário econômico deste ramo. Se anualmente a maior entidade do setor publica um relatório de diagnóstico, este nem se compara ao que fora produzido pela mesma entidade em 2009. É exatamente neste momento de crise anunciada na produção gráfica que se faz urgente a necessidade de um novo estudo setorial pois, a correlação dos dados obtidos num dos momentos de apogeu da indústria gráfica com o momento em que se tem o início de uma crise anunciada podem subsidiar enormemente aos empresários e entidades do setor a tomarem ações conjuntas para que o poder público não permita o desaparecimento de empresas e empregos.

Do outro lado, não há por parte seja do Conselho do Manejo Florestal, que representa o Forest Stewardship Council no Brasil e nas entidades de classe, como a ABIGRAF um estudo conjunto sobre a importância da Certificação de Cadeia de Custódia FSC no país. Se, como visto através dos dados coletados, a certificação FSC é uma das que mais cresceu no meio industrial gráfico e corresponde a maior parte dos certificados emitidos no país, é fundamental que estas entidades estabeleçam conjuntamente ou individualmente trabalhos direcionados na divulgação e ampliação deste esquema de certificação dentro das empresas. É preciso ressaltar aqui a importância que a produção de materiais gráficos que ostentam o selo de certificação do FSC trazem ao próprio Forest Stewardship Council. Se as gráficas certificadas ganham espaços no mercado com a certificação, o FSC também obtém por sua vez maior divulgação de sua marca e, por consequência, de seus objetivos.

Se por um lado o FSC não pode promover a certificação das empresas do ramo gráfico uma vez que deve se manter imparcial para garantir a idoneidade de seu esquema de certificação, nada impede que a organização seja mais atuante na divulgação da opção de consumo por produtos de origem florestal certificados. Respostas rápidas a ações de marketing como outrora um grande banco brasileiro fez em desestímulo ao uso do papel deveriam ser dadas pelo FSC e a ABIGRAF, levando ao grande público a importância econômica e social do setor gráfico e de como a opção de uso por papéis de origem florestal certificada não são prejudiciais ao meio ambiente.

Dentro do escopo do artigo em que se definiu apenas o estudo da situação da certificação em Cadeia de Custódia FSC das indústrias gráficas no município do Rio de Janeiro, foi possível identificar qual o atual cenário e também, pela amostragem adotada, em que se escolheu o grupo de empresas certificadas apoiadas por uma entidade do setor, no caso, o SIGRAF, que os padrões relacionados a implementação e manutenção



do sistema de certificação corroboram com o quadro sintomático identificado na busca do referencial teórico, ou seja, na prática a maior dificuldade das empresas é compreender que se faz necessário mudanças de comportamento gerencial e, quando identificada essa necessidade, como estabelecer os parâmetros para essas mudanças.

As entrevistas contribuíram sensivelmente para visualização do quadro em que se encontram as empresas certificadas. Num primeiro momento as empresas tendem a se certificar vislumbrando um aumento no seu mercado de atuação. Com o passar do tempo estes resultados desejados nem sempre se tornam realidade no prazo desejado mas, é com a mudança de comportamento estratégico e gerencial que as empresas passaram a obter resultados comerciais mais animadores, mesmo que ainda abaixo do nível desejado. Também ficam latentes os resultados positivos no campo administrativo, uma vez que foi unânime entre as empresas entrevistadas que, com a mudança de procedimentos, comportamentos e estratégias assumidas para que a certificação se tornasse um fato presente na realidade da empresa e trouxesse benefícios aos gestores e funcionários no sentido organizacional.

Se em dados numéricos os resultados do projeto podem parecer frustrantes após dezoito meses, uma vez que das 21 empresas que participaram apenas 14 ainda estão com seus certificados válidos e 4 ainda estão em situação de suspensão, na verdade o resultado é mais positivo do que negativo, uma vez que este modelo de projeto adotado pelo SIGRAF foi apenas de auxiliar as empresas a obterem a certificação, ou seja, quanto ao seu objetivo inicial o projeto foi satisfatório, o que se faz necessário é um programa de apoio ao empresariado gráfico e uma ação mais efetiva junto aos principais consumidores de produtos gráficos, fornecendo assim uma nova estratégia conjunta que mantenha o setor industrial gráfico sobrevivente a atual crise em que se encontra.

É de se destacar a importância dos resultados positivos da certificação das gráficas no Rio de Janeiro pois, se não fossem relevantes, provavelmente a maior distribuidora de papéis no país não teria decidido por certificar sua unidade carioca neste ano de 2013.

Por fim, pode-se afirmar que não há como traçar uma meta de desenvolvimento sustentável para o setor industrial gráfico sem que haja a ação conjunta das entidades de grupo do setor para o desenvolvimento de um programa de capacitação dos gestores dos estabelecimentos gráficos. Não há projeto de desenvolvimento sustentável que não considere os aspectos econômicos e culturais regionais e relacionados aos aspectos globais. Os resultados obtidos na prática pelas empresas portadoras da certificação de Cadeia de Custódia FSC são os primeiros passos para que se possa definir um modelo de Gestão Sustentável dentro do ambiente fabril de impressão. Aqueles empresários que já perceberam que para sobreviver novos comportamentos são necessários estão produzindo a nova página da história da indústria gráfica no país.

7. Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA GRÁFICA – ABIGRAF. 16º Anuário brasileiro da indústria gráfica. São Paulo: Editora Clemente e Gramani, 2012.

Artigo: A CERTIFICAÇÃO DE CADEIA DE CUSTÓDIA FSC NO SETOR INDUSTRIAL GRÁFICO BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Autor: LUIZ MAURO LORA FRANCO (Junho/2013)

25 / 26

Estudo setorial da indústria gráfica no Brasil. São Paulo: ABIGRAF, 2009
CAMARGO, Mário de. (ORG) Gráfica: arte e indústria no Brasil: 180 anos de História. São Paulo: EDUSC, 2003
DI GIORGIO, Carlos Augusto. Editorial: Com confiança no Brasil e no Rio de Janeiro. Revista SIGRAF. Rio de Janeiro: SIGRAF / ABIGRAF-RJ / FUNDAÇÃO GUTNBERG, p.3, dezembro, 2012.
EMPLASA. Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940 — Volume II, São Paulo: Arquivo do Estado Imprensa Oficial, 2001.
FOREST STEWARDSHIP COUNCIL A.C. – FSC. FSC-STD-01-001 – Principles and criteria for forest stewardship Version 4, Bonn, Germany: 2002
FSC-STD-40-004 – Standard for chain of custody certification. Version 1, Bonn, Germany: 2004
FSC-STD-40-004 – Standard for chain of custody certification. Version 2-1, Bonn, Germany: 2011
Global FSC certificates: type and distribuction, Maio de 2013, Bonn, Germany: 2013
FRANCO, Luiz Mauro Lora. Novos horizontes na Indústria Gráfica: a experiência carioca. Revista SIGRAF, Ric de Janeiro: SIGRAF / ABIGRAF-RJ / FUNDAÇÃO GUTENBERG, p.21, dezembro, 2012.
ISAÚ, Manoel. Liceu Coração de Jesus: cem anos de atividade de uma escola numa cidade dinâmica e em transformação. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1985.
KRONEMBERGER, Denise. Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática. São Paulo: Editora SENAC, 2011.
LUNARDELLI, Amério Augusto, ROSSI FILHO, Sérgio, Acabamento: encadernação e enobrecimento de produtos impressos. Limeira, SP: Lunardelli Editora, 2004
ROSSI FILHO, Sérgio, Manual para solução de problemas em impressão offset. Belo Horizonte: ABIGRAF-MG 1999
SABBAG, Fábio. Um alento à reciclagem. Revista Graphprint, São Paulo: Agnelo Editora, 2010, p.44-49 novembro, 2010.
Indústria gráfica em discussão no Recife. Revista Graphprint, São Paulo: Agnelo Editora, p.32-49 junho, 2011.
Dividendos ambientais e financeiros por meio do selo FSC. Revista Graphprint, São Paulo: Agnelo Editora, p.21-22, setembro, 2012
Vai ficar de fora?. Revista Graphprint, São Paulo: Agnelo Editora, p.28-31, outubro, 2012.
SCARPETA, Eudes, Flexografia: Manual Prático. São Paulo, Bloco de Comunicação, 2007
SILVA, Cláudio. Produção Gráfica: Novas Tecnologias, São Paulo: Editora Pancrom, 2008.



7.1 Bibliografia consultada

FOREST STEWARDSHIP COUNCIL A.C. – FSC. FSC-STD-40-004 – Standard for chain of custody certification. Version 2, Bonn, Germany: 2008

